

Galvêas acha que "jumbo" poderá sair só em março

Michel

O Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, disse ontem que apesar de os bancos terem se comprometido a liberar a primeira parcela do empréstimo **jumbo** três semanas após a assinatura do acordo, ocorrida no dia 27 de janeiro e que envolveu um total de 28 bilhões de dólares, "não é possível prever se o desembolso dos recursos será realizado ainda neste mês de fevereiro".

Segundo Galvêas, que regressou ontem de uma viagem de duas semanas aos Estados Unidos e à Europa, "existem ainda algumas formalidades a serem preenchidas, quanto ao acordo, o que poderá gerar um atraso maior na liberação do crédito".

Ele explicou que do volume total do **jumbo** — 6,5 bilhões de dólares — o que foi negociado com os bancos é que liberariam inicialmente 3 bilhões de dólares, em três **tranches** (parcelas) de 1 bilhão de dólares, para que o país pudesse fechar o balanço de pagamento de 83, pagando os compromissos em atraso. Cada uma das parcelas será repassada com uma diferença de prazo de uma semana.

De acordo com o Ministro, apesar do adiamento, o Brasil não deverá enfrentar problemas com os bancos credores, devido a atrasos no pagamento dos juros superiores a 90 dias.

— Os bancos estão acompanhando a formalização das negociações e sabem que para que o país possa ficar em dia com todos os atrasados é necessário que os 3 bilhões de dólares sejam desembolsados. Além disso, o Governo brasileiro já reduziu de forma significativa o volume de juros não pagos, por meio dos superávits comerciais elevados. A venda de ouro também vem auxiliando um pouco a honrar os compromissos. Por ano, o Brasil tem vendido no exterior 650 milhões de dólares em ouro — esclareceu.

A centralização de câmbio

Quanto à centralização do câmbio, medida baixada em agosto do ano passado, informou que só será eliminada quando a primeira parcela do **jumbo** for liberada e todos os juros em atraso forem pagos. Não existe ainda qualquer decisão definitiva se a centralização será revogada total ou parcialmente, existindo um outro obstáculo para a liberação cambial, que "são alguns problemas referentes ao Clube de Paris".

Indagado sobre a que exatamente estava-se referindo, ao mencionar problemas com o Clube de Paris, o Ministro esclareceu que ainda pode existir uma margem de erro na dívida do Brasil com os Governos que participam do Clube, porque nem todos os países enviaram aos dirigentes dessa instituição a lista dos créditos contra o Governo brasileiro.



Ernane Galvêas

— Estas listas — afirmou Galvêas — estão sendo concluídas ainda, o que pode acarretar alguma diferença na dívida total do Brasil com os Governos, membros do Clube. Creio que somente após todas as listas terem sido realizadas será possível acabar com a centralização, como o Fundo Monetário Internacional exigiu, na Carta de Intenção.

A dívida, em 85

Segundo Galvêas, o Governo brasileiro ainda não optou por um novo esquema de negociação para a dívida externa no ano de 1985, não estando definido se será empregado um novo **jumbo** ou se o Brasil partirá para uma negociação mais ampla, com refinanciamento automático dos juros e maiores prazos para o pagamento das amortizações do principal.

Por enquanto, o que se estima, informou, é que o déficit em transações correntes em 85 deverá ficar em 4 bilhões de dólares (para este ano a estimativa é de 6 bilhões de dólares) e que o superávit comercial deverá atingir 10 bilhões de dólares.

Na opinião de Galvêas, é impossível prever qual seria a reação dos banqueiros internacionais quanto ao pedido de um esquema de financiamento do déficit de 85 menos doloroso do que um novo **jumbo**.

— Não sei dizer como os banqueiros reagiriam diante de uma negociação mais ampla que hoje em dia, a nível governamental, constitui apenas uma boa tese. Poderiam aceitar ou não, é preciso esperar pelos acontecimentos.